

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.¹

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira²

Infelizmente, demasiadas pessoas dão preferência à negação.
(HARVEY, 2005, p. 10)

“Meu objetivo é examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito. Faço-o da perspectiva da longa ‘durée’ e pelas lentes daquilo que chamo de materialismo histórico-geográfico”. Com estas palavras, David Harvey inicia o capítulo 1 de *“O novo imperialismo”*, intitulado *“Tudo por causa do petróleo”*, apresentando de maneira clara qual seu objetivo, seu recorte temporal e sobretudo seu arcabouço teórico-ideológico.

O foco principal de Harvey é investigar as forças motrizes das ações econômicas e políticas dos Estados Unidos (EUA) exercidas nos últimos anos, tendo como referencial de análise dois vetores: a lógica territorial e a lógica capitalista de poder. Analisando dialeticamente as duas lógicas, o autor vai defender que embora diferentes e contraditórias, elas se “entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (p. 34) e seus efeitos são distintos em cada lugar.

Buscando desvendar o que há “de novo” no imperialismo estadunidense, Harvey desenvolve no capítulo primeiro uma acurada análise do desenvolvimento histórico dos EUA, por vezes estabelecendo paralelos com o imperialismo britânico. Sua baliza histórica fundamental (dedicando atenção especial em diversos momentos, inclusive no Pós-fácio) é a Guerra do Iraque (2003), uma vez que a importância geoestratégica do petróleo (a Guerra do Golfo, a Venezuela de Chávez, a Guerra do Afeganistão, em 2001, a questão do Irã, dentre outras, também dão suporte às suas reflexões) explica em grande parte as investidas dos EUA ao longo de sua história, com destaque para as últimas décadas. Todavia, Harvey não delega ao petróleo o único motivo da “Guerra Constante” do EUA. Para o geógrafo estadunidense, a questão é muito mais complexa, sendo imperioso recorrer ao amplo e profundamente polissêmico conceito de hegemonia³, para entender como funciona a dominação político-econômico-militar dos EUA e quais os “métodos” que constituem a *Pax Americana*.

Segundo Harvey, a supremacia dos EUA é garantida através da coerção, do consenso ou consentimento, e pela combinação de ambos. Diz ele: “se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico” (p. 41).

Após analisar a “dialética interna da sociedade civil norte-americana”, onde discute as condições pré-Iraque (2003) – com destaque para o 11 de Setembro –, Harvey se dedica a compreender a construção da hegemonia estadunidense “fora” e “dentro” do país. Para o autor, enquanto as Leis Patriota e de Segurança Doméstica correspondem ao vetor-coerção da hegemonia estadunidense no plano interno, os golpes militares financiados pela CIA (*Central Intelligence Agency*) e as ações fiscais do FMI (Fundo Monetário Internacional) nas economias periféricas correspondem a este mesmo vetor no plano externo. O consentimento interno seria então garantido através das massivas propagandas contra o “eixo do mal” de face muçulmana, e o consentimento externo, ou seja, fora das fronteiras dos EUA, seria possível graças a ações como os Planos pós-Segunda Guerra de reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, *Marshall* e *Colombo*, respectivamente.

O segundo capítulo, “*Como o poder norte-americano se expandiu*” começa com a definição do imperialismo estadunidense como “imperialismo capitalista”, ou seja, um tipo de imperialismo onde a lógica capitalista de poder predomina sobre a lógica territorial (o que não significa que ela não exista⁴). Nas palavras de Harvey, o imperialismo capitalista seria uma “fusão *contraditória* entre ‘a política do Estado e do império’ e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’” (p. 31, grifo nosso). Neste capítulo Harvey costura outra questão central de sua análise, qual seja o papel central e decisivo do Estado como poderoso agente econômico e político, no âmbito das ações imperialistas, suprimindo barreiras espaciais e acelerando as taxas de giro do capital. O Estado é “a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos” (p. 20).

Alicerçado no materialismo histórico-geográfico, Harvey se dedica a analisar o desenvolvimento dos EUA tendo como referência três recortes temporais: 1870/1945 (período de ascensão dos imperialismos burgueses); 1945/1970 (período do pós-Guerra conhecido como os “anos de ouro” do capitalismo) e 1970/2000 (período da hegemonia neoliberal). Ainda que o foco de suas discussões seja entender como os EUA construíram sua hegemonia, Harvey em nenhum momento abdica da relação deste país com os demais, ou seja, dialoga constantemente a análise “intra-EUA” com a conjuntura externa do período em questão.

No primeiro recorte (1870/1945), merece destaque a ênfase de Harvey na “ordenação espaço-temporal” impulsionada pela lógica capitalista, com o objetivo primordial de “acomodar” os excedentes de capital da Europa. Outro ponto relevante diz respeito à tensa relação entre nacionalismo burguês e imperialismo, resolvida (mas não somente) pelo estímulo ao racismo. Diz Harvey:

Embora suas primeiras fases tenham sido marcadas pela hegemonia britânica e por ao menos uma pequena parcela de livre comércio, creio que Arendt tem razão em ver o período que vai de 1870 a 1945 moldado exatamente no mesmo tecido dos imperialismos rivais fundados na nação, imperialismos que só poderiam funcionar mediante a mobilização do racismo e a construção de solidariedades nacionais favoráveis ao fascismo doméstico e sempre disposto ao confronto violento no exterior (p. 46).

No segundo recorte (1945/1970), o autor britânico afirma que os “*golden years*” foram a segunda etapa do regime político da burguesia, e sob a liderança dos EUA (ainda que numa forte polarização

ideológica, militar e econômica da URSS), caracterizou-se como um período de vigoroso crescimento econômico nos países capitalistas avançados. Contudo, esta segunda etapa também foi contraditória: (1) os EUA combatiam o racismo “fora” mas dentro a pressão discriminatória criava inúmeros problemas para Washington; (2) os EUA ficavam muito vulneráveis ao defender abertamente a política de mercado aberto; (3) em nome da “ordem” e da “estabilidade”, por diversas vezes os EUA foram algozes da democracia, em diversas partes do mundo (sobretudo na América Latina, pós-Revolução Cubana); (4) o tamanho do complexo industrial-militar estadunidense gerou uma excessiva militarização da política (com a destinação de milhões de dólares para a fogueira constante das guerras), e se possibilitou uma enorme acumulação de capital, também resultou na excessiva militarização do resto do mundo, provocando ódio e revides (o 11 de Setembro foi, sem dúvida, a maior de todas) diversos (inclusive em relação ao poderoso complexo *Wall Street* – Tesouro – FMI).

No terceiro e último recorte, Harvey analisa a nova fase da hegemonia estadunidense, período em que o neoliberalismo (a nova ortodoxia econômica) tornou-se a tônica do capital, período onde “o capital financeiro passou ao centro do palco [...] tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado, em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta” (p. 59). É nesta parte da obra que Harvey começa a desenhar uma de suas principais hipóteses no que diz respeito à hegemonia americana: a hegemonia (sobretudo econômica) estadunidense está em declínio (segundo ele, desde a década de 80 os EUA já não eram hegemônicos). Segundo Harvey, “surgiam nos interstícios dos mundos da produção sutis linhas de contra-ataque à hegemonia norte-americana no campo das finanças” (p. 63). E estes contra-ataques tinham “endereço”: o Leste e o Sudeste Asiáticos, com seus acúmulos de superávits na balança comercial.

Ainda nesta parte, Harvey se dedica a explicar que a riqueza é oriunda sempre do sobretrabalho (mais-valia) e que o capital fictício, volátil, apresenta enormes “riscos” para aqueles que gostam de acumular capital como quem joga pôquer. Sua afirmação é categórica: “ou se abrem novas arenas de acumulação lucrativa do capital (como a China) ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital.” (p. 64). Qualquer semelhança com a “Crise” de 2009 não é mera coincidência! Em outra afirmação relevante, o autor pontua que “[...] a hegemonia e o domínio dos EUA estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia.” (p. 65). Termina este último recorte alertando para a forte presença dos movimentos “anti” (antiglobalização – que tem se transformado em movimentos por uma globalização alternativa –, antiimperialismo), que vão da Ásia à América, forçando Washington a não desconsiderar tais atores, sobretudo porque em muitos, o Estado se faz presente, colocando o “ingrediente” nacionalismo nos caminhos da hegemonia estadunidense.

A penúltima parte deste capítulo apresenta “saídas” possíveis para os problemas que estão colocados para os EUA: a renúncia à trajetória imperialista, a revitalização do setor produtivo e a substituição

do consumismo privado por projetos voltados para o bem-estar público. Outra alternativa apresentada por Harvey é a construção de um novo “*New Deal*”, ainda que tal medida, segundo ele, “de modo algum é certo que funcione de fato diante da acachapante capacidade excedente que o sistema global apresenta” (p. 69). Ainda nesta parte, analisando o governo Bush, o intelectual inglês afirma que os EUA estão utilizando “os músculos militares” (p. 69) muito mais que o consentimento, fazendo-se valer daquilo que ainda têm de bastante hegemônico: o domínio militar. O capítulo termina com o autor traçando um panorama das forças contra-hegemônicas e do que intitula de *hegemons regionais* (notadamente a União Europeia (UE)), ou seja, trata dos atores que na atual conjuntura oferecem dificuldades à manutenção da hegemonia estadunidense. A UE constitui um *hegemon regional* mas seu poder ainda se restringe às esferas das finanças e da produção, sendo sua “lógica territorial de poder”⁶ ainda insipiente frente aos EUA.

Em caráter conclusivo, entendemos que, a despeito de ter sido publicada há mais de dez anos no Brasil, esta obra de Harvey assombra pelo caráter sempre atual – uma vez que analisa a estrutura da hegemonia estadunidense e não apenas seus efeitos –, sobretudo em 2013, neste momento em que o golpe no Chile de Allende completa 40 anos e em que a *Pax Americana*, sob a batuta de Obama (e envolto em um ambiente diplomático “pesado”, após as denúncias de espionagem realizadas por Washington sobre governos do mundo todo, inclusive o do Brasil!), conta os minutos para a invasão da Síria de Assad, à revelia de todos e, desta vez, sem o apoio de seus aliados históricos, os ingleses.

O trabalho de Harvey nos parece imprescindível não apenas para a Academia, mas para movimentos sociais, educadores e todos aqueles que tem a certeza de que a hegemonia estadunidense não está no fim e que um novo mundo possível não será “possível” sem o enfrentamento da coerção e do consenso de Washington, os quais já estavam “por aí” quando nasceu o século passado.

Ainda que denso e recheado de conceitos não muito fáceis de serem compreendidos numa primeira leitura (conhecer alguma coisa de “*O Capital*”, por exemplo, ajuda bastante!), o texto de Harvey prima pela preocupação em ser didático (os recortes cronológico-temáticos são exemplo disto) e em conseguir apresentar ao leitor, minimamente, um panorama dos estudos clássicos sobre o imperialismo, com os de Lênin e Rosa Luxemburgo, por exemplo. Faz isto também em relação aos estudos sobre o capitalismo monopolista, ao citar Baran e Sweezy.

Como crítica, retomamos e aprofundamos o que foi afirmado na nota 2: não fazer referência à Gramsci (que não aparece nem na Bibliografia!), ao tratar da hegemonia e da revolução passiva, por exemplo, nos parece um equívoco imperdoável para um autor que reivindica o marxismo e que ao longo de toda a obra procura resgatar estudiosos “clássicos” de/sobre diversos temas. Obviamente, isto não compromete a qualidade e a pertinência do trabalho, apenas indica que como toda grande obra, é inconclusa e não dá conta da totalidade, suscitando no leitor mais perguntas que respostas e, principalmente, permanecendo como trabalho de referência ao de discutir/estudar o tema, no caso o imperialismo. Ponto para Harvey!

Notas:

- ¹ Geógrafo estadunidense, professor da City University of New York e autor, dentre outros, de “*Condição Pós-Moderna*” (1992).
- ² Professor de História e historiador formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPGE/UFF). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (ProPEd). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da UFF (NUFIPE). E-mail: rebua7@gmail.com.
- ³ Apesar de não fazer referência direta, Harvey se baseia no conceito de hegemonia cunhado por Antonio Gramsci (1891-1937) via contribuições de Giovanni Arrighi (suas referências sobre hegemonia se reportam, na maioria das vezes, ao autor de “*O Longo Século XX*”).
- ⁴ Para Harvey, em algumas circunstâncias, alógica territorial vem para o primeiro plano (p. 36).
- ⁵ Interessante pontuar que na página 97, Harvey “antevê” o estopim da Crise de 2009, alertando para a questão do sistema de hipotecas no EUA e para o caos que poderia ocorrer caso essa ‘bolha’ viesse a explodir.
- ⁶ Militarmente, a UE está subordinada à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos EUA.

Recebido em: 02/2014

Publicado em: 12/2014.